

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAGUAÍ

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

PREGÃO Nº 002/2026

1. DO PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público que A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAGUAÍ – CODUITA, sediada na Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112, 113, 114, 115 e 116, Edifício Trend, bloco 2, - Complexo Metropolitano Fusion, Jardim América, Itaguaí-RJ, realizará o recebimento e abertura de envelopes referentes a licitação no dia 24 de março de 2026 às 09h00 na sede social da CODUITA, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2026, nos termos do processo administrativo nº 014/2026, regido pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), subsidiariamente pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e demais normativos aplicáveis, incluindo as Leis Complementares Federais nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e da Lei nº 8.078/1990, e dos demais normativos aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

1.2 – A licitação será processada presencialmente, devendo as licitante providenciar o seu credenciamento junto à Comissão de Licitação/Agente de Contratação 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para a sessão de apresentação dos envelopes de proposta e de documentação de habilitação. Não haverá etapa de lances ou negociações posteriores à abertura dos envelopes, procedendo-se diretamente ao julgamento das propostas apresentadas.

1.3 – As retificações deste Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas através dos mesmos veículos de divulgação inicialmente adotados.

1.4 – A licitação objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 62 da Lei 13.303/2016 e art. 71, inciso II e §2º, da Lei n.º 14.133/2021 (subsidiariamente aplicável).

1.5– As licitantes interessadas poderão obter o arquivo digital do presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico: <https://www.coduita.com.br/>.

1.5.1. Também poderá ser requerida cópia física do edital por meio de requerimento dirigido ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, na Sede da CODUITA à Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112, 113, 114, 115 e 116, Edifício Trend, bloco 2, - Complexo Metropolitano Fusion, Jardim América, Itaguaí-RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas de dias úteis, entre os dias 02 de março de 2026 a 24 de março de 2026, oportunidade em que os interessados deverão entregar 02 (duas) resmas de papel A4 ou pen drive 8gb.

1.6 – Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no seguinte correio eletrônico: **coduita@itaguai.rj.gov.br**.

1.7 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento do pedido de esclarecimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência / Projeto Básico, do Edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes, bem como a Administração.

1.8 – Os interessados poderão formular impugnações ao Edital até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no seguinte correio eletrônico: **coduita@itaguai.rj.gov.br**.

1.8.1 – Caberá ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

1.8.2 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá solicitar esclarecimentos complementares aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos e a resposta será divulgada através da página da CODUITA, bem como encaminhada aos impugnante por meio do correio eletrônico mencionado para o recebimento da impugnação.

1.9 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada na data e horário indicados no item 1.1., salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.10 – Caberá às licitantes acompanhar as publicações relativas ao certame junto ao Portal da CODUITA e Diário Oficial de Itaguaí, não cabendo qualquer tipo de alegação acerca do desconhecimento sobre qualquer alteração efetuada neste Edital.

2. DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de locação de equipamentos de informática, incluindo desktops, notebooks, impressoras, monitores, televisores, fragmentadora de papel, webcam e tripé, com garantia de funcionamento (on-site), suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, e substituição de equipamentos (backup), para atender às necessidades operacionais da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí (CODUITA), conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, Especificação da Demanda e Acordo de Nível de Serviço (SLA), dentro dos padrões da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAGUAÍ - CODUITA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 – O regime de execução do objeto será de fornecimento e prestação de serviço associado.

3. DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

3.1 O valor estimado da contratação (para 12 meses) é de R\$ 96.286,80 (noventa e seis mil duzentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos), estando esse valor em conformidade com o praticado no âmbito da Administração Pública em contratações semelhantes, conforme demonstrado nos autos.

3.2. Adota-se como critério de aceitabilidade de preços o do MENOR PREÇO GLOBAL, baseado exclusivamente nas propostas iniciais apresentadas em envelopes fechados, sem etapa de lances sucessivos ou negociações, desclassificando-se as propostas cujos preços excedam os estimados pela Administração e preços julgados inexequíveis.

4. DA VIGÊNCIA

4.1 – A implantação e instalação dos equipamentos deverá ocorrer em até 10 (dez) dias a contar da emissão da ordem de serviço, conforme cronograma detalhado no Termo de Referência, com fiscalização pela CODUITA nos termos do art. 73 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 – O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses.

4.3 – O prazo de vigência da contratação poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei n.º 13.303/2016.

4.4 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

4.5 – Nos termos do art. 90, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021, decorrido o prazo consignado no item 4.4 sem a convocação para a contratação, as licitantes ficarão liberadas dos compromissos assumidos.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que a licitante interessada demonstre o atendimento a todas as condições de habilitação estabelecidas neste Edital, podendo os documentos de qualificação ser substituídos, no que

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

couber, pela comprovação de cadastro no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Itaguaí.

5.1.2 – A licitante cadastrada que possuir documento vencido em seu cadastro deverá apresentar envelope contendo os documentos correspondentes aos vencidos, no ato do credenciamento, com nova validade, em substituição à declaração de inexistência de fato superveniente.

5.2 – A licitante responderá integralmente por todos os atos praticados por seus representantes credenciados, assim como a apresentação da proposta a vinculará ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

5.2.1 – Cada representante credenciado apenas poderá representar uma licitante na presente sessão Pública.

5.3 – Não serão admitidas nesta licitação:

5.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.2 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.3.3 Autor do anteprojeto, do projeto básico, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.3.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.3.5 Licitantes suspensas do direito de licitar no prazo e nas condições do impedimento;

5.3.6 Licitantes declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta;

5.3.7 As empresas e/ou de seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

5.3.8 Licitantes que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do Edital de licitação;

5.3.9 Licitantes controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404/1976, concorrendo entre si;

5.3.10 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.3.11 Licitantes que tenham participado da elaboração do (s) projeto (s) relacionado (s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência;

5.3.12 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

5.3.13 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.3.14 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

5.4 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

5.5 – Não será admitida a participação em consórcio.

5.6 – Licitante estrangeira sem atuação no País deverá apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

5.7 – Licitante estrangeira que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio deverá informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

5.8 – Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.

5.8.1 A obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.9 O impedimento de que trata o item 5.3.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.3.3 e 5.3.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.10.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.10.2 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.11 A vedação de que trata o item 5.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 – A sessão de credenciamento terá início 30 (trinta) minutos antes da sessão de apresentação dos envelopes de proposta e de documentação de habilitação, cuja data e local estão previstos no item 1.1.

6.2 – A representação das licitantes na sessão de que trata este Edital será feita por seu representante legal que, identificando-se com a apresentação de carteira de identidade ou outro documento equivalente, deverá comprovar autorização para participação do procedimento licitatório por meio da entrega dos seguintes documentos:

a) Quando se tratar de representante designado pela empresa:

(a.1) Procuração ou carta de credenciamento (Anexo 3), fora de qualquer envelope, dirigida a Comissão / Agente de Contratação, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante;

(a.2) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual;

(a.2) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de microempreendedor individual – MEI;

(a.3) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores e cópia autenticada do documento de identidade de todos os respectivos sócios, no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI;

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

(a.4) Estatuto Social devidamente acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores e cópia do documento de identidade, na hipótese de sociedades anônimas (por ações), sendo que nos referidos documentos devem constar expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

b) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio administrador/gerente da empresa:

(b.1) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual;

(b.2) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de microempreendedor individual – MEI;

(b.3) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores e cópia do documento de identidade de todos os respectivos sócios devidamente autenticados, no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI;

(b.4) Estatuto Social devidamente acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores e cópia autenticada do documento de identidade, na hipótese de sociedades anônimas (por ações), sendo que nos referidos documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.2.1 - A procuração que não contenha prazo de validade especificado no próprio corpo será considerada válida por um ano, a contar da data de sua expedição.

6.3 - O representante legal da licitante deverá entregar ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, de forma avulsa, separadamente dos envelopes “A” e “B”:

a) documentos com poderes de representação a que se refere o item 6.2; e

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

b) declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei n.º 14.133/2021, na forma do Anexo .

6.3.1 – A não apresentação ou incorreção dos documentos descritos no item 6.3 implicará na desclassificação imediata da licitante.

6.4 – Durante a sessão de credenciamento, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame:

a) licitante declarada suspensa do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento;

b) licitante declarada inidônea pela Administração Direta ou Indireta;

c) empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992 e alterações posteriores.

6.5 – O credenciamento tem sua validade restrita para a Concorrência Pública de que trata o presente edital, devendo a licitante se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de um certame realizado nesta modalidade pela CODUITA.

7. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES RELATIVOS À PROPOSTA COMERCIAL E AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1– Encerrado o credenciamento, serão recebidos 2 (dois) envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, relativos à proposta de preços e aos documentos de habilitação, devendo constar obrigatoriamente na parte externa de cada um as seguintes indicações:

a) ENVELOPE “A” – PROPOSTA DE PREÇO

[RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO DA LICITANTE]

PREGÃO PRESENCIAL – [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE]

Nº ____/____

b) ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaí.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

[RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO DA LICITANTE]
PREGÃO PRESENCIAL – [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE]
Nº ____/____

7.1.1 - Cada envelope deverá conter índice relativo à documentação nele contida e documentos numerados em ordem crescente em consonância com o índice apresentado.

7.2. - Após a hora indicada como limite para entrega da documentação e proposta, nenhum outro envelope será recebido, nem tampouco será permitida a troca de envelopes, adendos ou acréscimos aos já entregues.

7.3 – O licitante deverá enviar sua proposta de preço em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de discrepância entre estes, a indicação por extenso.

7.4 - Nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, o licitante da melhor proposta apresentada deverá reelaborar e apresentar ao agente de contratação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, planilha com os valores adequados ao lance vencedor, em que deverá constar:

7.4.1 Indicação dos quantitativos e dos custos unitários, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba;

7.4.2 Composição dos custos unitários quando diferirem daqueles constantes dos sistemas de referência adotados nas licitações;

7.5 - A proposta do licitante conterá a descrição do objeto, e plano de fornecimento que utilizara a medida de dias, após assinatura do contrato, conforme especificação do Termo de Referência, Anexo 1.

7.6 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.7 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

7.8 - Os preços ofertados, na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.10 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.11 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceita pela Administração.

7.12 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos em pesquisa de preço estabelecida no ETP, referente ao orçamento estimado (art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021).

7.12.1 Os critérios de julgamento serão menor preço, dentro dos critérios de exequibilidade, e plano de fornecimento mais vantajoso para a Administração.

7.12.2 Os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pela Administração Pública.

7.12.2.1 Serão considerados itens materialmente relevantes aqueles de maior impacto no valor total da proposta e que, somados, representem pelo menos 80% (oitenta por cento) do valor total do orçamento estimado.

8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

8.1 – Os documentos dos envelopes "A" – PROPOSTA DE PREÇO observarão as seguintes diretrizes:

8.1.1 – A proposta comercial deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, datilografada ou impressa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo;

8.1.2 - Descrição detalhada do objeto, conforme Termo de Referência;

8.1.3 - Preço global, em algarismos e por extenso, incluindo todos os custos, impostos e encargos;

8.1.4 - Prazo de validade da proposta (mínimo 60 dias);

8.1.5 - Declaração de que a proposta atende a todas as exigências do Edital.

8.1.6 – A proposta deverá ser assinada pelo representante legal da licitante.

8.1.7 – As propostas serão ofertadas com base no MENOR PREÇO GLOBAL do objeto licitado e plano de fornecimento mais vantajoso para a Administração.

8.1.8 – Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes "A" – PROPOSTA DE PREÇO ressalvado o disposto no item 12.7.

8.1.9 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega e instalação dos bens, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

8.1.10 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

8.1.11 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todo o objeto contratado.

8.1.12 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas a CODUITA, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

8.2– Os documentos dos envelopes "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO observarão as seguintes diretrizes:

a) poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada em ambos os lados, frente e verso, se esse último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da licitante, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso;

b) as folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá o Presidente da Comissão/Agente de Contratação solicitar ao representante da empresa, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que, durante a sessão de abertura do envelope "B", sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a sua recusa em atender ao solicitado será causa suficiente para inabilitação da licitante.

8.2.1 - As solicitações de autenticação dirigidas ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação ou à sua Equipe de Apoio deverão ser requeridas antes do início da sessão de abertura da licitação, preferencialmente com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data marcada para abertura da sessão de licitação.

8.2.2 – As empresas cadastradas poderão apresentar cópia autenticada do Certificado de Cadastro junto ao quadro de fornecedores do município de Itaguaí e vigente na data da licitação.

8.2.3 – Juntamente com a cópia autenticada do Certificado de Cadastro, deverá a licitante declarar, na forma do Anexo 6, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo da habilitação e apresentar o restante da documentação prevista no **item 11** do Edital.

8.2.3.1 – A licitante que possuir documentos vencidos em seu cadastro fica dispensada da apresentação da declaração de inexistência de fato superveniente, devendo apresentar no ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO os referidos documentos com nova validade

9 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

9.1 – Após a fase de credenciamento, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação procederá à abertura dos envelopes com propostas de preços, verificando a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, desclassificando, preliminarmente, aquelas que estiverem em desacordo com o Edital, o julgamento das propostas será realizado imediatamente após a abertura dos envelopes, com base nos critérios de menor preço e conformidade técnica, sem qualquer etapa de lances, negociações ou disputas competitivas sucessivas. Essa modalidade de disputa fechada visa à celeridade e transparência do processo, nos termos do art. 54 da Lei nº 13.303/2016.

9.2 – Serão desclassificadas as propostas que:

- (a) contiverem vícios insanáveis;
- (b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e no Termo de Referência;
- (c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- (d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- (e) por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- (f) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável;
- (g) esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência

9.2.1 – A desclassificação da proposta sempre será fundamentada e informada aos licitantes, procedendo-se ao seu registro da ata.

9.3 – Nos termos do art. 59, §3º, da Lei n.º 14.133/2021, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no ETP, conforme as especificidades do mercado correspondente.

9.3.1 – Conforme estabelecido no art. 59, §4º, da Lei n.º 14.133/2021, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por extenso) do valor global, dos quantitativos e dos preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, sobre orçado pela Administração.

9.3.2 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

9.3.3 – Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei n.º 13.303/2016 e subsidiariamente a 14.133/2021.

9.4 – Verificada a compatibilidade com o exigido no Edital, serão classificadas a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) daquela.

9.4.1 – Quando não existirem no mínimo 3 (três) propostas sucessivas e superiores em até 10% (dez por cento) da melhor proposta de preço, serão classificadas as três melhores propostas, já incluída a da licitante que tiver apresentado o MENOR PREÇO GLOBAL na proposta escrita.

9.4.2 – Havendo empate entre propostas de preço que se enquadrem nas hipóteses descritas nos subitens anteriores, serão todas classificadas, realizando-se sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

9.4.3 - Somente as propostas classificadas pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação participarão da etapa de lances.

9.4.4 – A desistência em apresentar lance verbal, quando for feita a convocação pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, importará a exclusão da licitante da etapa de apresentação de lances verbais, com a manutenção do último preço por ela apresentado para efeito de ordenação das propostas.

9.4.5 - Caso todas as licitantes se recusem a apresentar lances verbais, a ordem de classificação das propostas escritas será mantida.

9.6 – Não se admitirá desistência de proposta ofertada, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, hipótese em que a licitante estará submetida às penalidades previstas no item 18 do edital.

9.7 – Declarada aberta a sessão, as propostas serão abertas e ordenadas, procedendo o Presidente da Comissão/Agente de Contratação ao julgamento da aceitabilidade da primeira classificada.

9.8 – Declarada encerrada as etapas anteriores, as propostas serão reordenadas e o Presidente da Comissão/Agente de Contratação procederá ao julgamento da aceitabilidade da primeira classificada.

9.9 – Definido o resultado do julgamento, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

9.9.1 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.9.2 – A negociação será conduzida pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, devendo seu resultado ser divulgado a todos e anexado aos autos do processo licitatório.

9.9.3 – Encerrada a fase análise, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1 – Encerrada a etapa de credenciamento, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação deverá se manifestar sobre a aceitação da proposta mais vantajosa.

10.2 – É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por extenso) do valor global, dos quantitativos e dos preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, sobre orçado pela Administração.

10.2.1 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexecuíveis, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto lícitado.

10.3 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

10.4 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá exigir a apresentação de amostra(s), hipótese em que a licitante provisoriamente vencedora deverá, sob pena de não aceitação da proposta, apresentá-la(s) conforme disciplinado no Termo de Referência.

10.4.1 – O local e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s), bem como o resultado das avaliações, será divulgado na sessão, sendo facultada a presença dos interessados na oportunidade.

10.4.2 – A proposta da licitante será recusada se:

(a) não houver a entrega da(s) amostra(s), quando exigida(s);

(b) ocorrer atraso na entrega da(s) amostra(s), sem justificativa aceita pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação ;

(c) houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas no Termo de Referência / Projeto Básico ou no Edital.

10.4.3 – Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Presidente da Comissão/Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta subsequente, procedendo à verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até que uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência / Projeto Básico.

10.5 – Encerradas as análises e considerada aceitável a oferta mais vantajosa, passará o Presidente da Comissão/Agente de Contratação ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

(a) O Presidente da Comissão/Agente de Contratação deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea;

(b) O Presidente da Comissão/Agente de Contratação verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta mais vantajosa, por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 10 deste Edital;

(c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 10 deste Edital:

(c.1) Deverá o Presidente da Comissão/Agente de Contratação verificar a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados, hipótese em que a diligência deverá ser registrada na ata da sessão pública, com posterior anexação dos documentos obtidos aos autos do processo administrativo, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada; e/ou

(d) O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item anterior. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio divulgado pelos mesmos meios de divulgação do edital, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

10.6 – A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

10.7 – Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

10.8 – Caso a melhor proposta seja desclassificada ou a licitante melhor colocada ser inabilitada, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, negociando com o seu autor, decidindo sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificando as condições de habilitação até constatar uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

10.9 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá fixar às licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

10.10 – Será gerada ata circunstanciada dos atos e ocorrências da sessão, devendo o documento ficar disponível para consulta das licitantes.

10.11 – Após a verificação de regularidade dos atos praticados pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, a autoridade competente adjudicará o OBJETO do certame à licitante vencedora, homologando seu resultado.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 10.5 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaí.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

(E) Documentação relativa à qualificação técnica.

11.1.1 – Além dos documentos de habilitação previstos nas alíneas (A) à (E), as licitantes deverão enviar a proposta realinhada ao seu melhor lance contendo a descrição do objeto e, quando for o caso, acompanhada da acompanhada da Planilha de Custos e Formação de Preços.

11.1.2 – Nos termos do art. 70, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021, as empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

11.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

11.3 – Quando os documentos de habilitação apresentados não consignarem seu prazo de validade e tampouco seja estabelecido prazo em legislação específica, deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

11.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (E) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, desde que os documentos tenham cumprido todas as exigências previstas abaixo e estejam dentro do prazo de validade.

11.5 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

11.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 7.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.6 – Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021, na forma do Anexo 7.

(B) – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) A licitante deverá apresentar Cópia do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

(B.1.1) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.2) Relativamente a quaisquer dos índices, as licitantes deverão apresentar resultado igual ou superior a 1,0 (um).

(B.1.3) As licitantes deverão apresentar os índices já calculados, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base nos balanços apresentados.

(B.1.4) Entende-se por “apresentados na forma da Lei”:

(a) Em se tratando de empresa constituída na forma de Sociedade Anônima, a licitante deverá apresentar a publicação do balanço em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei n.º 6.404/1976, ressalvada a hipótese prevista no art. 294 daquela legislação, que faculta a apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME n.º 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

(b) Em se tratando de empresas constituídas na forma de outros tipos societários, as demonstrações contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado;

(c) Na hipótese de ser utilizada a Escrituração Contábil Digital – ECD, o balanço patrimonial deve estar autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.5) Quando se tratar de de sociedade constituída a menos de 1 (um) ano, a licitante deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.6) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item (B.1) limitar-se-ão ao último exercício.

(B.1.7) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

(B.1.8) As empresas com tempo de existência inferior a 01 (um) ano, deverão apresentar declaração do Patrimônio Inicial, firmada por profissional habilitado junto ao CRC – RJ.

(B.2) Certidões Negativas de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial ou Certidão de Insolvência Civil expedidas pelo(s) distribuidor(es) da sede da licitante ou de seu principal estabelecimento. As certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordatas.

(B.5) A licitante deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei n.º 14.133/2021 e do Anexo 8.

(C) REGULARIDADE FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.4) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

(C.5) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.5.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.5.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.5.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

(D) – HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo 9, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no art. 68, VI, da Lei n.º 14.133/2021.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, na forma do art. 63, IV, da Lei n.º 14.133/2021 e do Anexo 10.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de registro da licitante na entidade de fiscalização profissional competente, se couber.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

(E.2) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme definido no item referente à qualificação técnica do Termo de Referência / Projeto Básico, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados, quando for o caso, perante o órgão técnico competente.

(E.3) Prova de possuir, em seu quadro funcional, profissional devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

(E.4) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.5) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.6) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Presidente da Comissão/Agente de Contratação e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos no art. 169, § 3º, II, da Lei n.º 14.133/2021, e do art. 337–F do Código Penal.

(E.7) Prova, feita por intermédio da apresentação, em original, do atestado de visita fornecido e assinado pelo servidor do órgão fiscalizador, ou declaração da licitante, na forma do Anexo 11, de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualificação correlata visitou o local da prestação de serviços, na data a ser previamente agendada com representante da CODUITA, e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, quando for o caso.

(E.7.1) O atestado de visita pode ser substituído por declaração em que a licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme o § 2º do art. 63 da Lei n.º 14.133/2021.

12 - DAS ESPECIFICAÇÕES

12.1 – A execução da prestação de serviços oriunda deste certame deverá atender às especificações contidas no Termo de Referência Referência, sendo de integral responsabilidade da CODUITA as especificações, informações técnicas, uso, quantidade, qualidade e implantação/instalação quando for o caso, bem como quaisquer outras características que sejam indispensáveis ao cumprimento do contrato a ser firmado com a CODUITA.

13 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1- A despesa decorrente desta licitação correrá à conta do orçamento do exercício de 2026, compromissada por conta da Dotação Orçamentária existente no:

- Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00
- Fonte: 23.001
- Projeto/Atividade: 2.192

14 – DOS RECURSOS

14.1 – Divulgada a vencedora ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso.

14.2 – A falta de manifestação da licitante importará a decadência do direito de recorrer.

14.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões.

14.3.1 – Será facultado às demais licitantes apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4 – Observados os prazos do item anterior, o protocolo das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizado, única e exclusivamente, na CODUITA, localizado na Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112, 113, 114 ,115 e 116, Edifício Trend, bloco 2, - Complexo Metropolitano Fusion,

Jardim América, Itaguaí-RJ, no Município de Itaguaí, cujo horário de funcionamento é das 10hs às 16hs.

14.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

14.6 – Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento.

14.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15- DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

15.1 – Incumbirá à autoridade competente a adjudicação do objeto da licitação, bem como a homologação do certame, após a verificação da regularidade dos atos praticados pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação e decididos os recursos eventualmente interpostos.

15.2 – As relações entre a CODUITA e a Adjudicatária serão disciplinadas pelo Contrato, cuja minuta constitui o Anexo 12 deste Edital.

15.3 – Uma vez homologado o resultado da licitação, será a Adjudicatária convocada, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

15.3.1 – O prazo acima poderá ser prorrogado desde que o pedido formal, tempestivo e justificado, apresentado pela Adjudicatária, seja aceito pela Administração.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

15.3.2 – Nos termos do § 4º do art. 25 da Lei n.º 14.133/2021, em se tratando de contratação de grande vulto, a Adjudicatária deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma.

15.4 – Deixando a Adjudicatária de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Presidente da Comissão/Agente de Contratação, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

15.5 – A Adjudicatária deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

15.6 – A Contratada será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos bens que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela CODUITA e seus fiscais.

15.6.1 – A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência / Projeto Básico que integra este Edital, sem ônus para a CODUITA e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.7 – A Contratada será responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

15.8 – A Adjudicatária deverá em momento anterior à assinatura do Contrato entregar ao Gestor do Contrato, para fins de verificação quanto ao cumprimento das políticas de inclusão, a relação nominal de seus empregados.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

15.9 – Caso a execução do objeto do Contrato demande fornecimento de mão-de-obra fora do estabelecimento da Adjudicatária:

15.10 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a Contratada de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados, comprometendo-se a atender às solicitações da fiscalização em até 24 (vinte e quatro) horas/dias.

15.11 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à CODUITA.

16- DAS MEDIÇÕES

16.1 – As medições relativas à execução do objeto contratual obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro e a SLA, parte integrante deste certame.

16.2 – Se as obrigações não puderem ser realizadas no prazo estipulado originalmente, deverá ser procedida a alteração do Cronograma de que trata o disposto anteriormente, com a cientificação, por escrito, da Contratada.

16.3 – As medições serão processadas a cada período de 30 (trinta) dias, contando-se a primeira após o recebimento da ordem de início e as subsequentes após a data do encerramento da medição anterior.

16.4 – A sistemática de processamento das medições deverá observar a descrição contida no Termo de Referência e na SLA.

16.5 – Todas as medições devem ser atestadas pela fiscalização técnica do contrato e anexadas ao processo de faturamento, devendo, ainda, a medição final ser anexada ao cadastro técnico das obras e/ou serviços realizados, com todos os detalhes e especificações.

17- DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

17.1 – O objeto do presente Contrato será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, e mediante apresentação da documentação de fornecimento e relatório de instalação e outros porventura exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis;

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, elaborado após o decurso do prazo de conservação.

17.2 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 – O pagamento à Contratada será realizado em razão das mensais, apresentado na na proposta de fornecimento, obedecido o sistema de medições previsto no item 16 deste Edital.

18.2 – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

18.2.1 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.3 – Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA mensalmente, conforme medição prevista, após a regular liquidação da despesa, nos termos da legislação, observados as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro e o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei n.º 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do documento de cobrança na CODUITA.

18.3.1 – Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

18.3.2 – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

18.3.3 – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à Contratada para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

18.3.4 – A Contratada deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança toda a documentação mencionada no art. 68, da Lei n.º 14.133/2021, e demais documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

18.4 – No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC/FGV de correção monetária.

18.5 – O Contratante efetuará, quando do pagamento, as retenções tributárias nos percentuais previstos na legislação vigente e aplicável ao objeto da contratação.

19- DO REAJUSTE

19.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, contados da data-base de referência, que será a data da proposta econômica vencedora (data da sessão de abertura das propostas ou da última negociação, se houver);

19.2. Decorrido o período de 12 (doze) meses da data-base, os preços serão reajustados quando da renovação contratual, se a Administração por ela optar, mediante aplicação do índice oficial de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE, ou outro índice setorial tecnicamente justificado e previamente aprovado pela CODUITA, desde que demonstre melhor adequação ao custo da prestação do serviço;

19.3. O reajuste será calculado pela fórmula:

$$P_r = P_0 \times (I_r / I_0)$$

Onde:

P_r = Preço reajustado;

P_0 = Preço vigente na data-base imediatamente anterior;

I_r = Índice do mês de referência do reajuste (último índice disponível antes da data de aniversário do contrato);

I_0 = Índice do mês da data-base imediatamente anterior;

19.4. O reajuste visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 69, inciso III, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e será aplicado sobre o valor mensal global vigente, sem prejuízo das atualizações monetárias previstas para o pagamento (entre o adimplemento da obrigação e o efetivo pagamento);

19.5. A aplicação do reajuste será formalizada por apostilamento ao contrato, dispensada a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 81, § 7º, da Lei nº 13.303/2016, desde que observados os critérios e a periodicidade aqui estabelecidos;

19.6. Caso o índice adotado (IPCA) seja extinto ou deixe de ser publicado, será substituído automaticamente pelo índice oficial que o suceder, ou, na ausência deste, pelo índice setorial mais adequado, definido por ato motivado da CODUITA, ouvido o contratado;

19.7. O reajuste não se confunde com a revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis, álea econômica extraordinária, fato do príncipe, força maior ou caso fortuito, os quais serão tratados conforme art. 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016, mediante solicitação fundamentada e análise específica;

19.8. A contratada deverá apresentar, quando solicitado pela CODUITA, demonstrativo de composição de custos que justifique a adequação do índice escolhido, especialmente se for proposto índice setorial alternativo ao IPCA. Essa redação é clara, completa e protege tanto a Administração (evita reajustes automáticos sem limite) quanto a contratada (garante preservação do equilíbrio). Ela é compatível com o valor estimado de R\$ 275.700,00 (para vigência inicial de 24 meses) e com o caráter continuado do serviço (Wi-Fi público).

20- DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES DA LICITAÇÃO

20.1 – Pelas condutas previstas no art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, as licitantes e Contratantes, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, sofrerão as seguintes sanções, previstas no art. 156 da mencionada legislação:

(a) **Advertência**, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(b) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos IV a VI do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos IV a VI do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

(d) **Multa**, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, será fixada entre 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

20.2 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.3 – Todas as sanções previstas no subitem 19.1 poderão ser apostas cumulativamente com a multa, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral. No entanto, quaisquer delas somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados de sua notificação.

20.4 – As multas deverão ser recolhidas administrativamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade.

20.5 – A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

20.6 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à licitante, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

20.7 – Nos termos do art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021, a aplicação de penalidade deverá observar a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.8 – Da penalidade aplicada, a licitante poderá apresentar:

(a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação da aplicação das penalidades de advertência, multa e/ou impedimento de licitar e contratar;

(b) **Pedido de Reconsideração** no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.9 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.10 – A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

20.11 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no art. 163, da Lei n.º 14.133/2021.

21- DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

21.1 - Os Fiscais do Contrato deverão ser formalmente designados pela autoridade competente da pasta por meio de Portaria, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a celebração do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

21.1.1 – O ato de designação deverá conter o nome completo dos Fiscais, sua identificação funcional, telefone e e-mail de contato, descrição resumida do objeto, bem como o número do contrato e do processo administrativo que originou a contratação.

21.1.2– Incumbem aos Fiscais do Contrato, dentre outras atribuições:

(a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

(b) notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

(c) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência / Projeto Básico / Projeto Executivo;

d) dar início a processo de apuração de infração contratual e aplicação de penalidade.

21.1.3 - A não designação de Fiscais do Contrato importará na responsabilidade da autoridade competente da Pasta.

21.2 - As solicitações cuja análise ultrapasse a competência dos Fiscais do Contrato deverão ser encaminhadas por estes à autoridade administrativa a quem incumbe a ciência e a adoção das medidas necessárias.

21.3 - A(s) Contratada(s) deverá(ão) aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

21.4 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da(s) Contratada(s), no que concerne ao objeto contratado, às implicações próximas e remotas perante o Município de Itaguaí ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de

irregularidades decorrentes da(s) execução(ões) contratual (contratuais) em causa não implicará(ão) em corresponsabilidade do Município de Itaguaí ou de seus prepostos, devendo, ainda, a(s) Contratada(s), sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato, ao Município de Itaguaí, dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

22- DO FORO

22.1 – Fica estabelecido o Foro da Comarca de Itaguaí do Estado do Rio de Janeiro para dirimir dúvidas e litígios decorrentes do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja

23- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E ANEXOS

23.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.2 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

23.3 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação.

23.4 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo 1: Termo de Referência

Anexo 2: Carta de Credenciamento

Anexo 3: Modelo de Proposta

Anexo 4: Declaração de fatos superveniente e impeditivo

Anexo 5: Declaração relativa ao art. 9º, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021

Anexo 6: Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021

Anexo 7: Declaração relativa ao art. 68, VI, da Lei n.º 14.133/2021

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

Anexo 8: Declaração de Realização de Visita Técnica

Anexo 9: Minuta de Contrato

Anexo 10: Declaração Independente de Proposta

Anexo 11 : SLA

Anexo 12 : Especificação da Demanda

23.5 – Este Edital contém 106 (cento e seis) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Itaguaí, 26 de fevereiro de 2026.

Presidente da Comissão/Agente de Contratação

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA para atender as demandas da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí, por meio da modalidade pregão, sob a forma PRESENCIAL, como adoção do critério de julgamento o pelo MENOR PREÇO OU MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Computador Desktop	1	Unid	R\$ 265,00	R\$ 265,00
02	Impressora Laser Colorida A3	1	Unid	R\$ 496,33	R\$ 496,33
03	Televisor Smart TV	2	Unid	R\$ 1.133,33	R\$ 2.266,66
04	Monitor Led 27	3	Unid	R\$ 564,70	R\$ 1.694,10
05	Fragmentadora de Papel	1	Unid	R\$ 327,20	R\$ 327,20
06	Notebook	5	Unid	R\$ 472,69	R\$ 2.363,45
07	Webcam (com cabo USB 5m)	1	Unid	R\$ 304,83	R\$ 304,83
08	Tripé cinematográfico	1	Unid	R\$ 306,33	R\$ 306,33
TOTAL ESTIMADO MÊS				R\$ 8.023,90	

1.2. Os **serviços** objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante neste termo de referência, na forma do artigo art. 6º, XIII da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. Os valores unitários e totais foram desenvolvidos, analisados e apresentados com minúcia pela Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí, que conduziu o levantamento de preços mencionado, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar – ETP já superado.

1.4. Os objetos desta contratação não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 4.780, de 31 de março de 2023.

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaí.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

1.5. A contratação possui natureza continuada e caráter estratégico para a manutenção da infraestrutura tecnológica, com vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, desde que justificada e comprovada a vantajosidade.

1.6. O Regime de execução: preço global, abrangendo todos os custos diretos e indiretos (fornecimento, instalação, configuração, transporte, manutenção, suporte, substituição, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A atualização e a manutenção do parque tecnológico são fundamentais para a eficiência, produtividade e segurança das operações da Companhia. A rápida evolução tecnológica torna a aquisição de equipamentos um investimento de alto custo e rápida depreciação. O modelo de locação (outsourcing) apresenta-se como uma solução estratégica e financeiramente mais vantajosa, cujos benefícios incluem: Previsibilidade de Custos: Diluição do investimento em parcelas mensais fixas, facilitando o planejamento orçamentário. Atualização Tecnológica: Acesso a equipamentos modernos e de alto desempenho, com renovação periódica prevista em contrato, evitando a obsolescência do parque tecnológico. Redução de Custos Operacionais: Eliminação de despesas com manutenção, peças de reposição e gerenciamento de ativos de TI. Foco no Core Business: Liberação da equipe interna de TI para se concentrar em atividades estratégicas para o desenvolvimento urbano do município, em vez de suporte e manutenção de hardware. Escalabilidade: Flexibilidade para aumentar ou diminuir a quantidade de equipamentos conforme a demanda de novos projetos ou a variação no quadro de funcionários. Garantia e Suporte Integrados: O serviço inclui suporte técnico especializado e substituição rápida de equipamentos defeituosos, garantindo a continuidade das operações. A Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí demanda a disponibilização de equipamentos de informática adequados e em pleno funcionamento para o desenvolvimento de suas atividades administrativas, operacionais e de apoio à gestão, as quais dependem diretamente de recursos tecnológicos para execução eficiente, segura e contínua dos serviços. Atualmente, observa-se a necessidade de modernização e padronização do parque tecnológico, tendo em vista a crescente demanda por processamento de dados, elaboração de documentos, utilização de sistemas informatizados, realização de projetos, apresentações institucionais e atendimento interno e externo. A indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos compromete a produtividade, a qualidade dos serviços prestados e a continuidade das atividades essenciais do órgão.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A contratação consiste na locação de equipamentos de informática, com fornecimento, instalação, manutenção corretiva, suporte técnico e substituição dos equipamentos durante toda a vigência contratual. A contratação assegura a disponibilidade contínua de infraestrutura tecnológica adequada às necessidades institucionais, sem a necessidade de aquisição de bens permanentes. A locação permite a utilização de equipamentos atualizados, reduz custos com manutenção e reposição, evita a obsolescência tecnológica e garante maior previsibilidade orçamentária, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos. A solução abrange o ciclo de vida completo: fornecimento inicial, instalação e configuração; manutenção preventiva e corretiva durante a vigência; suporte técnico on-site e remoto; substituição em caso de falhas; e retirada ao final do contrato, com destinação ambientalmente adequada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos: Habilitação Jurídica e Fiscal (registro na Junta Comercial, CNPJ compatível, certidões negativas); Qualificação Técnico-Profissional (atestados de capacidade técnica para locação similar, responsável técnico com experiência, equipe para suporte e manutenção); Requisitos Técnicos do Serviço (equipamentos novos ou em perfeito estado, manutenção corretiva sem custo adicional, substituição em até 4 horas, suporte técnico presencial/remoto, instalação/configuração/retirada pela contratada, normas de segurança e sustentabilidade, prazos e níveis de serviço). Adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, especialmente quanto ao descarte e à substituição de equipamentos; Responsabilidade da contratada pela destinação ambientalmente adequada de equipamentos substituídos ou inservíveis; Cumprimento das normas de segurança da informação e proteção de dados; Observância das normas de saúde e segurança do trabalho. Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho, conforme o art. 6º, XXIII alínea “d” da Lei nº 14.133, de 2021

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: locação, manutenção e suporte técnico dos equipamentos.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

4.3.1. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento). Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 (subsidiariamente), no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do serviço: 10 (dez) dias da emissão da Ordem de Serviço;

5.1.2. Fornecimento e instalação inicial dos equipamentos; manutenção preventiva mensal; manutenção corretiva sob demanda com substituição em até 6 (seis) horas; suporte técnico remoto/presencial 24/7; relatórios mensais de desempenho.

5.1.3. Instalação em até 10 (dez) dias; manutenção contínua durante vigência; retirada ao final;

5.1.4. Etapa 1: Fornecimento e instalação – até 10 (dez) dias após Ordem de Serviços;
Etapa 2: Execução contínua – mensal;

Etapa 3: Término e retirada – ao final do contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços: Est. Deputado Octavio Cabral nº 740 Sls. 112,113,114 e 115, J. América – Itaguaí – RJ – CEP 23.810-305. (...).

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Suporte 24/7; manutenção presencial de segunda a sexta, 09:00 às 17:00. A solução tecnológica ofertada deverá abranger todas as unidades da CODUITA, independentemente da localização, desta

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaei.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

forma, devem-se considerar os seguintes parâmetros: compatibilidade com sistemas operacionais atuais, conectividade Wi-Fi/Ethernet:

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Relatórios mensais de *uptime* e incidentes:

5.4.2. Substituição de equipamentos defeituosos em até 6 (seis) horas.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Equipamentos conforme tabela em 1.1;

5.5.2. Peças de reposição e backups;

5.5.3. Ferramentas para instalação e manutenção.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Atividades administrativas, operacionais e de projetos urbanos;

5.6.2. Necessidade de continuidade ininterrupta (uptime >98%);

5.6.3. Redução de custos indiretos em até 40% (quarenta por cento).

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), com manutenção e substituição inclusas durante a vigência.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (conforme art. 28 da Lei nº 13.303/2016, subsidiariamente art. 6º, XXIII alínea “f” da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 13.303, de 2016, subsidiariamente Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. (art. 117, caput da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para

que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (art. 117 § 2º da Lei nº 14.133, de 2021)

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O recebimento do objeto ocorrerá de forma provisória ou definitiva, conforme o caso, na forma do art. 40 da Lei nº 13.303, de 2016, subsidiariamente art. 6º, XXIII alínea “e” da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados.

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. O recebimento provisório será efetuado pelo fiscal do contrato, imediatamente após a execução do serviço, mediante termo circunstanciado, anotando no histórico de gerenciamento do contrato as ocorrências que demandem correção, com prazo para saneamento das inconsistências.

7.3. A contratada deverá ser notificada para sanar as inconsistências verificadas no recebimento provisório, com prazo razoável para a correção.

7.4. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, após o saneamento das inconsistências identificadas no recebimento provisório.

7.5. O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor subsidiário do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

7.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.11.1. O prazo de validade;

7.11.2. A data da emissão;

7.11.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.11.5. O valor a pagar e;

7.11.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal/social/trabalhista, mencionada subsidiariamente no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.19. As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Companhia Contratante:

Razão social: Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí – CODUITA

CNPJ:36.085.322/0001-28

Endereço: Est. Deputado Octavio Cabral nº 740 Sls 112,113,114 e 115 J. América – Itaguaí – RJ - CEP: 23.810-305

7.20. A Entidade Pública Municipal Contratante efetuará a retenção na fonte, quando aplicável, do imposto sobre a renda, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ou correlatos.

Prazo de pagamento

7.21. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **índice IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.24 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaei.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM, MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.2. Regime de execução

8.2.1. O regime de execução do objeto será disponibilidade de equipamentos e prestação de serviço associado.

8.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou 1 (um) ou mais atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (conforme cada caso com base nos artigos Art. 18, Art. 40, V alínea “c” e Art. 72, IV da Lei nº 14.133/2021)

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão	Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Elemento	
23.000	23.001	04.122.0052	2.192	3.3.90.39.00.00.00.00	

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, deste Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- 10.2.** Prestar o serviço nos endereços constante neste Termo de Referência;
- 10.3.** Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- 10.4.** Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- 10.5.** Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 10.6.** Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- 10.7.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 10.8.** Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- 10.9.** Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
- 10.10.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço, reservando à Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;
- 10.11.** Ter responsabilidade técnica pelos serviços realizados;
- 10.12.** Observar as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal a efetiva execução do objeto;

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

11.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas de Pagamento, onde se trata do prazo e da forma de pagamento, descrito neste Termo de Referência.

11.3. Fornecer aos CONTRATADOS documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do objeto.

11.4. Exercer a fiscalização do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal a efetiva execução do objeto.

11.5. Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

11.6. Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviços que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA que possa ser inadequado, nocivo ou prejudicial à saúde dos servidores.

11.7. Designar servidor ou Comissão para proceder aos recebimentos provisórios e definitivos do objeto contratado, ou rejeitá-lo.

11.8. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares contratuais cabíveis.

11.9. Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições no fornecimento, fixando prazo para sua correção.

10.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

ANEXO 2
CARTA DE CREDENCIAMENTO

Itaguaí, de de 2026.

À
Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí - CODUITA
A/C Comissão Permanente de Licitação

Prezados Senhores,

Pela presente, fica credenciado(a) o(a)
Sr.(a) _____
_____ portador da Carteira de
Identidade nº _____ expedida em _____ pelo _____
para representar a Empresa _____
inscrita no CNPJ sob o nº _____ no Pregão Presencial nº _____ a
ser realizada em _____, podendo para tanto praticar todos os atos necessários,
inclusive prestar esclarecimento, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se
quanto a sua desistência.

Atenciosamente,

Assinatura

Observação:

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim
América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguai.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

1. Esta carta deverá ser entregue à Comissão de Licitação pessoalmente pelo representante credenciado até, impreterivelmente, a hora marcada para início da licitação, previsto no preâmbulo do presente Edital;
2. Não colocar esta carta de credenciamento dentro do envelope de Habilitação.

ANEXO 3

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTINUADOS DE LOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí

A/C

Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitação/ Agente de Contratação

Cotamos para o objeto em licitação o valor de R\$ _____ (por extenso), cuja composição de custos está discriminada na forma abaixo:

Concorrência Pública nº __/20__					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Qtd	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1					
2					
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					

O Nosso plano de fornecimento esta abaixo listado;

Prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias

O Prazo de Validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data da entrega da presente.

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim
América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaei.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983



Processo:	
Data de Autuação:	Fls.:
Rubrica:	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

DADOS DA PROPONENTE

Razão Social:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Insc. Municipal:

Endereço:

Telefones:

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

(que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou procuração)

Nome:

Nacionalidade:

Profissão:

Estado Civil:

CPF:

Identidade:

Órgão Exp.:

Data de Emissão:

Telefone:

E-Mail:

Itaguaí, _____ de _____ de 2026.

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim
América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguai.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983



Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

(Assinatura do representante legal)
(Em papel timbrado do licitante, dispensado em caso de carimbo com)

ANEXO 4
DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTINUADOS DE LOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A CODUITA

A/C

Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitação/ Agente de Contratação

Declaro para os devidos fins que a empresa _____,
inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº
_____, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos
supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente
da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Itaguaí _____, de _____ de 2026.

(Assinatura do representante legal)
(Em papel timbrado do licitante, dispensado em caso de carimbo com)

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim
América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguai.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

ANEXO 5

DECLARAÇÃO RELATIVA AO ART. 9º, § 1º, DA LEI N.º 14.133/2021

Referência: Pregão Presencial nº 002/2026.

A empresa..... CNPJ nº, através de seu representante legal, Sr., CPF, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos para sua participação da licitação instaurada pelo Município de Itaguaí, modalidade Concorrência Pública e, sob as penalidades cabíveis, declara que a empresa é idônea e que não há superveniência de fato impeditivo a sua habilitação. Declaramos ainda: 1. Que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, bem como não se enquadra nos demais impedimentos do art. 9º, §1º, da Lei 14.133/2021 e art. 93 da Lei Orgânica do Município de Bagé; 2. Que a licitante tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste edital e seus respectivos anexos; 3. Que a licitante assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública; 4. Que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização no ato da assinatura de ata de registro de preço, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, conforme a legislação aplicável, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal; 5. Que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal); 6. Que a licitante tem conhecimento acerca das condutas passíveis de penalidades elencadas no Edital, de acordo com a modalidade, e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme legislação aplicável; 7. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, salvo disposição extraordinária prevista em lei

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim
América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaei.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

específica; 8. Que a licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV); 9. Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes; 10. Que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora afirmada será imediatamente comunicada, por escrito, ao Município de Itaguaí.

Local e data.

Assinatura do representante legal da licitante

Carimbo da empresa.

(Cidade), _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

(em papel timbrado da licitante)

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

ANEXO 6

MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 63, §1º, DA LEI nº 14.133/2021

A CODUITA

A/C

Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitação/ Agente de Contratação

Declaro para os devidos fins que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, sob as penas da lei, que tem conhecimento do que trata o art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021 trata da fase de habilitação dos licitantes em processos de licitação pública, estabelecendo regras sobre a exigência de declarações, a apresentação de documentos e a regularidade fiscal. Em resumo, a lei permite exigir declarações dos licitantes sobre sua habilitação, exige a apresentação de documentos apenas do vencedor (com exceções) e determina que os documentos de regularidade fiscal sejam exigidos somente após o julgamento e do licitante melhor classificado.

(Cidade), _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

(em papel timbrado da licitante)

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

ANEXO 7

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 63, CAPUT, INCISO IV, DA LEI DE LICITAÇÕES

A CODUITA

A/C

Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitação/ Agente de Contratação

A empresa _____, com endereço _____ inscrita no CNPJ sob o nº. _____, Declara por meio do seu representante legal, [Representante - nome, profissão, domicílio, CPF/MF e RG], em cumprimento ao disposto no inciso IV do caput do artigo 63 da Lei federal 14.133/21, declara expressamente, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Cidade), _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

(em papel timbrado da licitante)

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

ANEXO 8

DECLARAÇÃO PARA LICITANTE QUE OPTOU PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A CODUITA

A/C

Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitação/ Agente de Contratação

Relativamente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2026, pelo presente instrumento, declaramos que [razão social da LICITANTE] decidiu não realizar a VISITA TÉCNICA facultativa com a finalidade de conhecer e verificar a infraestrutura, OBJETO dos serviços, nas condições físico-operacionais em que se encontram com o objetivo de permitir a verificação das condições locais, para avaliação própria da quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto, forma e condições de suprimento, meios de acesso ao local e obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários para a adequada prestação do serviço. [razão social da LICITANTE] declara possuir ciência da possibilidade de realizar a VISITA TÉCNICA e tomar conhecimento de todas as circunstâncias materiais que permeiam a prestação dos serviços, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a PROPOSTA DE PREÇO sem realizar a VISITA TÉCNICA.

(Cidade), _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim
América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguai.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983



Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

(em papel timbrado da licitante)

OU

ATESTADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA FACULTATIVA

A CODUITA

A/C

Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitação/ Agente de Contratação

Atesto que a (denominação da razão social da LICITANTE - individual ou qualquer empresa integrante do CONSÓRCIO) realizou a VISITA TÉCNICA facultativa no(s) dia(s) [•], com a finalidade de conhecer e verificar a infraestrutura a qual será prestado do serviços, nas condições físico-operacionais em que se encontram, estando ciente dos riscos e consequências envolvidos para a realização do serviço de "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA objeto do Pregão Presencial nº 002/2026.

(Cidade), _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

(em papel timbrado da licitante)

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim
América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaei.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

ANEXO 09

MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO Nº/....., DE

_____, QUE FAZEM ENTRE SI
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
URBANO DE ITAGUAÍ – CODUITA E A
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAGUAÍ - CODUITA, com sede na, na cidade do, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo(a) (**cargo e nome**), portador da Identidade Funcional nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por (**nome e função**), conforme atos constitutivos da empresa <OU> **procuração apresentada nos autos**, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo nº, que se regerá pelas disposições da Lei nº 13.303/16 e subsidiariamente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos normativos aplicáveis, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente **do instrumento convocatório nº**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Contrato é a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com vistas à, na forma da proposta e do instrumento convocatório.

1.2 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O **Termo de Referência** que embasou a contratação;

1.2.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaui.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

1.2.3 A Proposta do **CONTRATADO**, prevalecendo as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, em caso de divergência;

1.2.4 O cronograma físico-financeiro; e

1.3 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o **Termo de Referência**, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1 A vigência do Contrato é de (**dias/meses/anos**), contado da divulgação no Portal Eletrônico Próprio.

2.1.2 O prazo de execução do Contrato é de (.....) dias corridos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Início para início da execução do objeto.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) o **CONTRATADO** será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do Contrato, não havendo direito subjetivo do **CONTRATADO** à continuidade do Contrato, e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

2.3 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1 O objeto seguirá o regime de execução de _____

3.2 O modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no **Termo de Referência** e no cronograma físico-financeiro anexos a este Contrato, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

3.3 O CONTRATANTE fiscalizará por seus agentes, com a possibilidade de auxílio de terceiros, a execução das obras e serviços, a fim de garantir integral cumprimento e

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí

Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaí.rj.gov.br

CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

observância das normas técnico-administrativo-legais regentes dos contratos firmados.

3.3.1 O CONTRATADO declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhe fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

3.3.2 A instituição e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE não exime o CONTRATADO de manter fiscalização própria, competindo-lhe fazer minucioso exame da execução das obras, de modo a permitir que, a tempo e por escrito, sejam apresentadas à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas que venham a impedir o bom desempenho do contrato, para o devido esclarecimento.

3.3.3 Os Fiscais do Contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

3.4 A responsabilidade pela fiscalização deste Contrato caberá **ao(s) Fiscal(is), integrante(s) da Comissão de Gestão e Fiscalização designado(s)**, conforme o item 3.7 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas na legislação em vigor.

3.5 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato serão designados por ato administrativo do **CONTRATANTE**, na forma da legislação vigente.

3.6 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo **CONTRATANTE**, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

3.7 Para efeito de medição e de faturamento, relativo ao objeto executado, deverá ser considerado o cumprimento do avanço das etapas construtivas definidas no cronograma físico-financeiro, que será peça integrante do contrato.

3.7.1 O cronograma físico-financeiro referencial do planejamento, com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, será apresentado pelo **CONTRATADO** e estabelecido pelo **CONTRATANTE**, podendo o **CONTRATADO** adequá-lo, estando sujeito à aprovação do **CONTRATANTE**.

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaí.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

3.7.2 A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e da aprovação pelo **CONTRATANTE** dos trabalhos relativos às etapas anteriores, nos termos do art. 46, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

3.7.4 O cronograma físico-financeiro deverá prever parcelas a cada 30 (trinta) dias, mantendo coerência com a execução dos serviços em cada parcela.

3.7.4.1 O **CONTRATADO** deverá apresentar, até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Ordem de Início, como uma das condições para emissão da primeira medição, o Plano de Segurança no Trabalho a ser implementado na execução dos serviços, com base nas características das obras a serem executadas e os riscos inerentes, na forma do item 9.1.47.

3.7.4.2 As medições serão efetuadas mensalmente pela fiscalização, de acordo com o avanço físico real da obra ou dos serviços, devendo estar de acordo com os cronogramas apresentados pelo **CONTRATADO** e aprovados pelo **CONTRATANTE**, justificando-se eventual divergência.

3.7.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar alterações, de forma motivada e ouvido previamente o **CONTRATADO**, no cronograma físico-financeiro, mediante autorização expressa de sua autoridade competente, desde que não contrariem os princípios que regem as licitações e contratações públicas.

3.7.6 A revisão do cronograma físico-financeiro, quando necessária, constitui responsabilidade do **CONTRATADO**, cabendo ao **CONTRATANTE** autorizar a sua readequação, desde que motivada e justificada por fatos supervenientes não imputáveis ao **CONTRATADO** e que não contrariem os princípios que regem as licitações e contratações públicas.

3.8 Os materiais a serem empregados deverão obedecer, rigorosamente:

- a) às normas e especificações constantes nos elementos técnicos instrutores referentes à respectiva licitação;
- b) às normas do **CONTRATANTE**;
- c) às normas da ABNT;
- d) às disposições legais da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município onde ser será executado o objeto;
- e) aos regulamentos das empresas concessionárias;
- f) às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- g) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaí.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

h) às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

3.9 Ainda que determinado material tenha sido aprovado previamente, se restar demonstrada a inadequação do seu desempenho quando empregado na execução do serviço, a Fiscalização do **CONTRATANTE** poderá recusá-lo, não permitindo a continuidade da execução da obra ou serviço com o seu emprego, bem como exigindo a retirada daqueles que foram empregados, a contar do momento da recusa, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

3.10 Para a execução eficiente dos serviços, o **CONTRATADO** somente deverá empregar pessoal competente e qualificado para execução deste contrato.

3.11 A aceitação dos equipamentos para a execução da obra ou serviços por parte do **CONTRATANTE**, caso os referidos equipamentos se revelem insuficientes, não confere legitimidade ao **CONTRATADO** de invocar a referida aceitação face ao atraso do cumprimento dos prazos e cronogramas de execução.

3.12 A limpeza e perfeita organização do canteiro de instalação constituem obrigação do **CONTRATADO**, assim como a limpeza do local após a conclusão dos trabalhos.

3.13 As marcas e produtos referenciados nas especificações e listas de material admitem substituição por outros de qualidade equivalente, desde que devidamente comprovado, com ônus para o **CONTRATADO**, seu desempenho por meio de testes e ensaios, desde que previamente aceitos pela Fiscalização, sem prejuízo da solicitação de amostras de produtos, especificações e laudos técnicos.

3.13.1 A equivalência indicada, que deverá ser avaliada antes do fornecimento efetivo, se refere ao atendimento dos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, além da identidade de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade, de segurança e de ergonomia.

3.14 Considera-se sempre que o **CONTRATADO** dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

3.15 O **CONTRATADO** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí

Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaí.rj.gov.br

CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

acompanhamento da execução por órgão da Administração, na forma do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

3.16 Caberá ao **CONTRATADO** arcar com todas as despesas relativas ao prêmio do Seguro de Risco e Responsabilidade Civil do Construtor, quando couber, ficando condicionado o pagamento, de toda e qualquer fatura, à apresentação da apólice de seguro em vigor.

3.17 O **CONTRATADO** manterá, na forma da lei, seguro total obrigatório contra acidentes de trabalho, correndo exclusivamente às suas expensas quaisquer despesas não cobertas pela respectiva apólice.

3.18 Salvo previsão específica na Matriz de Riscos, correrão por exclusiva conta, responsabilidade e risco do **CONTRATADO**, as consequências que advierem de:

- a) sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão, inclusive de seus empregados e prepostos;
- b) imperfeição ou insegurança nas obras e/ou nos serviços;
- c) falta de solidez das obras e/ou serviços executados, mesmo verificada após o término deste Contrato;
- d) violação do direito de propriedade intelectual e/ou industrial;
- e) furto, perda, roubo, deterioração, ou avaria dos maquinários, equipamentos e materiais utilizados na execução de obras e/ou serviços;
- f) ato ilícito ou danoso de seus empregados ou de terceiros, em tudo que se referir às obras e aos serviços;
- g) esbulho possessório;
- h) infiltrações de qualquer espécie ou natureza; e
- i) prejuízos causados à propriedade de terceiros.

3.18.1 O **CONTRATADO** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

3.19 Executado o Contrato, o seu objeto será recebido:

3.19.1 Provisoriamente, quando, pelo fiscal do Contrato designados pela autoridade administrativa competente, mediante relatori, assinado pelas partes em até **15 (quinze) dias** da comunicação escrita do **CONTRATADO**, devendo atestar o cumprimento das exigências de caráter técnico.

3.19.2 Definitivamente, pelos fiscais ou pela Comissão de Gestão e Fiscalização designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado e detalhado, assinado pelas partes e pelo usuário, após vistoria que comprove o atendimento das exigências contratuais, observado o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

3.19.3 Quando o fornecimento e as instalações concluídos, o **CONTRATADO** deverá comunicar, por escrito e mediante protocolo, ao **CONTRATANTE**, juntamente com a apresentação de 'Data-Book' (em formato físico e digital), contendo a seguinte documentação:

- a) Cópia do Contrato e publicação na imprensa oficial;
- b) Cópia da Publicação(ões) da Comissão de Gestão e Fiscalização na imprensa oficial;
- c) Cópia da Ordem de início dos serviços;
- d) Cópia da ARTs, TRTs e/ou RRTs de responsabilidade técnica;
- e) Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR de todo material transportado durante o contrato, caso haja transporte de material;
- f) Planilhas orçamentárias do **CONTRATANTE** e **CONTRATADO** (formatos *xls e *pdf);
- g) Projetos Básico, Executivo e "As built" (*dwg e *pdf) devidamente assinados, caso aplicável;
- h) Cronograma físico-financeiro previsto e executado (*xls e *pdf);
- i) Planilhas de medição e suas respectivas memórias de cálculo devidamente assinadas (*xls e *pdf);
- j) Relatório fotográfico contemplando todas as etapas da obra e relatório fotográfico final (obra concluída);
- K) Relatório final de obras (descritivo - serviços executados, escopo do contrato, cronograma, etc); e
- l) Certidões e documentos de habilitação atualizados e vigentes.

3.20 O objeto do Contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o Contrato ou o **Termo de Referência**, competindo ao fiscal do Contrato lavrar termo de notificação com fixação de prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do objeto, às custas do **CONTRATADO**, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, sendo sempre necessário a motivação da recusa com a caracterização dos vícios, defeitos e incorreções constatados.

3.20.1 O **CONTRATADO** é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

3.20.2 Decorrido o prazo fixado, os responsáveis procederão nova verificação objetivando o recebimento, que somente será lavrado quando as obras ou serviços apresentarem perfeitas condições, com a aprovação de todos os documentos, projetos, laudos e planilhas pelos fiscais designados, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do **CONTRATANTE** a partir da data da efetiva aceitação.

3.20.3 Caso o Aceite Provisório não seja assinado pelas partes, dentro do período de 15 (quinze) dias da comunicação escrita do **CONTRATADO**, deverá ser nomeada uma comissão de aceitação provisória pela autoridade competente.

3.21 Nas obras ou serviços será lavrado termo de recebimento provisório, e, em prazo não superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório, mediante recebimento de requerimento entregue pelo **CONTRATADO**, será lavrado termo circunstanciado e detalhado de recebimento definitivo, após vistoria e relatório final que descreva toda a execução contratual e comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.22 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** pela solidez e segurança da obra ou serviço, bem como pelos materiais empregados, além de não eximir da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, na forma do art. 140, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

3.22.1 O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o **CONTRATADO**, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o **CONTRATADO** ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

3.23 As obras objeto deste contrato serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica pelo **CONTRATADO**, que fica autorizado(a) a representar o **CONTRATADO** em suas relações com o **CONTRATANTE**.

3.23.1 O **CONTRATADO** se obriga a disponibilizar as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's, ou o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT's, ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT's antes do início do prazo de instalação.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Será admitida a subcontratação do objeto contratual nas condições já expostas.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O preço total do Contrato é de R\$ (.....), Este preço considera o prazo total da sua vigência, discriminado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pelo **CONTRATADO**.

5.2 O preço do Contrato contempla todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O **CONTRATANTE** deverá pagar ao **CONTRATADO** o valor total de R\$ (.....), conforme cronograma de pagamento em anexo, na conta corrente nº, agência, de titularidade do **CONTRATADO**, junto à instituição financeira contratada pelo Município de Itaguaí.

6.2 No caso de o **CONTRATADO** estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo CODUITA ou, caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de o **CONTRATADO**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo **CONTRATADO**.

6.3 A cada 30 (trinta) dias fará o **CONTRATADO** a emissão de documentos relativos ao fornecimento e instalação de abrigos de onibus verificados em conformidade com as etapas estabelecidas no cronograma físico-financeiro e obedecido o sistema de medições previsto na CLÁUSULA TERCEIRA, bem ainda o disposto no artigo 140, I, da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 20, I e 22.

6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o **CONTRATANTE** deverá comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado,

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

justificando-se nos autos toda e qualquer divergência dos quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização em relação à estimativa.

6.4 O **CONTRATADO** deverá encaminhar a Nota Fiscal para pagamento ao, situada na, na cidade do, ou para o endereço eletrônico

6.4.1 O **CONTRATADO** deverá apresentar os seguintes documentos em todas as faturas:

- a) respectivas medições e notas fiscais;
- b) relatório descritivo fotografico.
- c) ordem da administração autorizando o início dos serviços.

6.4.2 A soma dos valores dos pagamentos das faturas até a última medição não poderá ser superior a **90% do valor global do Contrato**.

6.4.5 O saldo restante só poderá ser liberado após emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme CLÁUSULA TERCEIRA, não podendo seu valor **ser inferior a 10% do valor global do Contrato**.

6.5 Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- b) se o **CONTRATADO** foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação, por consulta aos seguintes cadastros:
 - b.1) SICAF;
 - b.2) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
 - b.3) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - b.4) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
 - b.5) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
 - b.6) módulo Registro de Ocorrências do SIGA;
- c) por consulta ao SICAF, eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.3 Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a ampla defesa.

6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação.

6.6 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, devendo, na hipótese de constatação de vícios, ser o prazo contado a partir da devida aprovação pelos fiscais após a sua correção, na forma do item 3.22.2.

6.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

6.7 As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas nos termos da legislação vigente, especialmente em atenção ao disposto no Decreto nº 48.692, de 14 de setembro de 2023 e suas posteriores alterações, bem ainda em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas posteriores alterações.

6.7.1 A retenção do Imposto de Renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal, observados os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012 e suas posteriores alterações.

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaí.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

6.7.2 Caso o **CONTRATADO** se enquadre em hipótese de dispensa de retenção do Imposto de Renda, nos termos da legislação vigente, deverá apresentar declaração sobre esta condição.

6.7.3 Caso o **CONTRATADO** deixe de se enquadrar em hipótese de não retenção do Imposto de Renda em razão de causa superveniente à contratação, deverá passar a emitir as notas fiscais/faturas em conformidade com as regras de retenção dispostas na IN RFB nº 1.234/2012 e suas posteriores alterações.

6.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **CONTRATADO**, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

6.9 O **CONTRATADO** deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o Contrato e seus anexos.

8.1.2 Receber provisória e definitivamente o objeto no prazo e condições estabelecidas na Cláusula Terceira e no **Termo de Referência**.

8.1.3 Fornecer ao **CONTRATADO** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente Contrato.

8.1.4 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.1.5 Previamente à expedição da Ordem de Início, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaí.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

8.1.6 Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.

8.1.7 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**.

8.1.8 Comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.9 Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.10 Aplicar ao **CONTRATADO** sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

8.1.11 Dar ciência à Assessoria Jurídica do órgão ou entidade para as providências junto à Procuradoria Jurídica, com vistas a adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pelo **CONTRATADO**.

8.1.12 Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.12.1 O **CONTRATANTE** terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.14 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios do **CONTRATADO** e o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O **CONTRATADO** deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do Contrato.

9.1.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2 Conhecer o local e as condições de realização **do fornecimento**.

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.4 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.7 Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.

9.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do Contrato.

9.1.9 Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.10 Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução do objeto contratado.

9.1.11 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quando couber, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo **CONTRATANTE**.

9.1.12 Iniciar e concluir o fornecimento e instalação nos prazos estipulados.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

9.1.13 Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.14 Prestar esclarecimentos ou informações solicitados pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.15 Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos.

9.1.16 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.17 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

9.1.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.19 Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do fornecimento e instalação, de acordo com os documentos anexos a este instrumento.

9.1.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

9.1.21 Responsabilizar-se durante todo o prazo de execução pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaí.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços ou em decorrência deles.

9.1.22 Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, na forma da legislação específica.

9.1.23 Manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Termo de Recebimento Definitivo.

9.1.24 Na forma do disposto no Decreto nº 40.647, de 08 de março de 2007, se obriga a não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste Contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra.

9.1.25 Proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Contrato, sendo o cumprimento desta obrigação condição para a liberação dos pagamentos.

9.1.26 Apresentar no final da obra o 'as built' constando todos os elementos físicos executados, cotados planialtimetricamente, durante a execução dos serviços e, ainda, a CND do INSS relativo à obra.

9.1.27 Apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:

- a) está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à obra; e
- c) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

9.1.28 Registrar todos os seus empregados, envolvidos nesse contrato, previamente, junto à Fiscalização do **CONTRATANTE**, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

9.1.29 Atender às solicitações do **CONTRATANTE** quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.1.30 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.1.31 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o **CONTRATADO** relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.1.32 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do **CONTRATANTE**.

9.1.33 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.1.34 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.1.35 Providenciar, caso necessário, registro ou inscrição no Conselho Profissional competente, conforme áreas de atuação prevista no Contrato e seus Anexos, zelando pela manutenção de sua validade.

9.1.36 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.1.37 Observar normas relativas à gestão de resíduos da construção civil, na forma da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, e suas alterações e regulamentações posteriores.

9.1.38 O **CONTRATADO** não poderá dispor os resíduos originários da contratação em áreas não licenciadas para tal finalidade ou protegidas por legislação específica.

9.1.39 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.39.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26 de dezembro de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.1.39.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08 de março de 1990, e legislação correlata;

9.1.40 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do **CONTRATANTE**, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.1.41 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.1.42 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

9.1.43 Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

9.1.43.1 Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

9.1.43.2 No caso de aprendiz, a comprovação do cumprimento do art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho se dará pela apresentação da certidão, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sem prejuízo do item 9.1.45.1.

9.1.44 Na forma da Lei Estadual nº 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados..... 2%;
- II - de 201 a 500..... 3%;
- III - de 501 a 1.000..... 4%;
- IV - de 1.001 em diante. 5%.

9.1.45 O **CONTRATADO** manterá na forma da lei, seguro total obrigatório contra acidentes de trabalho e seguro de Risco e Responsabilidade Civil do Construtor, correndo exclusivamente às suas expensas quaisquer despesas não cobertas pela respectiva apólice.

9.1.46 O **CONTRATADO** elaborará Plano de Segurança no Trabalho, a ser implementado na execução dos serviços, com base nas características das obras a serem executadas e os riscos inerentes.

9.1.47 O **CONTRATADO** fornecerá e manterá, no local da obra, um Diário de Obras, conforme especificações previstas na Cláusula Terceira.

9.1.48 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

9.1.49 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguai
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim
América - Itaguai-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguai.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

sua proposta não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.49 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

9.1.50 Caso o valor do Contrato se enquadre no limite previsto na legislação vigente ou quando previsto no Edital sua exigibilidade, manter Programa de Integridade, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

9.1.50.1 Caso o **CONTRATADO** ainda não tenha programa de integridade instituído, compromete-se a implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da assinatura do presente Contrato, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo

aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O **CONTRATADO** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo **CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaí.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

11.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

11.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.5.4 deixar de apresentar amostra;

11.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

11.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

11.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

11.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

11.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 O **CONTRATADO** que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 12.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.2.2 Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

- a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;
- b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;
- c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 11.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;

11.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

11.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

11.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 12.13.

11.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **CONTRATADO**, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

11.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 12.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

11.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

11.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 5% do valor do Contrato.

11.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

11.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

11.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta;

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

11.7 A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, na forma do art.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

11.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

11.7.2 A defesa prévia do **CONTRATADO** será exercida no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.2, contado da data da intimação;
- b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.3 e 12.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

11.8 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

11.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 12.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual

instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

11.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao CONTRATANTE.

11.11.1 O **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

11.12 O **CONTRATANTE** deverá remeter para o Órgão Central de Logística (SUBLOG) o extrato de publicação no Jornal Oficial do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

11.12.1 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à aos órgãos competentes, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

11.13 Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **CONTRATADO** e da garantia prestada, deverá ser

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 A extinção do contrato se dará, ordinariamente, mediante a execução integral de seu objeto, atestada por meio de seu recebimento definitivo, na forma da CLÁUSULA TERCEIRA.

12.2 No caso em que o objeto contratual não for concluído no período firmado no contrato, por culpa do contratado, a ensejar a aplicação do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

- a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei; e
- b) consensualmente, na forma do art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção contratual prematura deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaei.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas.

12.5 Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.5.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.5.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

12.6 O Contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

12.7 A justificativa da decisão de extinção contratual deverá levar em consideração os parâmetros previstos nos arts. 147 e 148 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

13.1 Todas as Intercorrencias Administrativas serão reduzidas a termo e remetidas, tanto do **CONTRATANTE** para a **CONTRATADA**, quanto o Inverso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais serão regidas pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2 Este Contrato poderá ser alterado pelo **CONTRATANTE**, precedidos das devidas justificativas, nos seguintes casos:

14.2.1 Unilateralmente pela Administração:

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei;

14.2.2 Por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da modalidade de garantia de execução, admitidas aquelas do item 11.2;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

14.2.3 A solicitação de aditivo de prazo de execução, suspensão do Contrato, assim como de acréscimos ou supressões de serviços deverá ser realizada no prazo de execução do Contrato; e o aditivo à vigência contratual deverá ser solicitado durante a vigência do Contrato, aplicando-se ao art. 111 da Lei nº 14.133/2021 quando a contratação prever a conclusão de escopo predefinido.

14.2.4 A diferença percentual entre o valor global do Contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do **CONTRATADO** em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3 Nas alterações unilaterais, o **CONTRATADO** será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, conforme legislação.

14.4 Em caso de acréscimos e reduções de serviços no mesmo Contrato devem ser consideradas as reduções ou acréscimos de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor inicial atualizado do Contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

14.5 Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

14.6 No caso de a execução ser obstada pelo atraso na conclusão por circunstâncias alheias ao **CONTRATADO**, aplica-se a cláusula 14.2.2 d.

14.7 As alterações contratuais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

14.8 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

14.9 Registros que não caracterizam alteração do Contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de, assim classificadas:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

15.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

15.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguai.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

17.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente no sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e publicar extrato da contratação no Jornal Oficial do Município em atenção ao art. 2º, §2º, da Lei nº 5.427/2009.

17.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos é condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.2 O **CONTRATANTE** divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

17.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

17.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, por mais de 1 (um) mês, o **CONTRATANTE** deverá elaborar e divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do Contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Itaguaí, Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim
América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaei.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

ANEXO 10

MODELO DE DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

_____ (representante do licitante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, como representante devidamente constituído de _____ (identificação do licitante ou do Consórcio), inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Cidade), _____ de _____ de _____.



Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

(em papel timbrado da licitante)

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim
América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguai.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

ANEXO 11

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

1. OBJETO DO SLA Este Acordo de Nível de Serviço define os níveis mínimos de desempenho, disponibilidade, prazos de atendimento, manutenção preventiva e corretiva, substituição de equipamentos e suporte técnico que a **CONTRATADA** deverá cumprir durante a vigência do contrato de locação continuada de equipamentos de informática, incluindo:

- 05 Notebooks (processador $\geq 2,50$ GHz base, cache ≥ 18 MB, RAM ≥ 16 GB DDR4+, SSD ≥ 512 GB, tela 15,6" Full HD ≥ 120 Hz, webcam integrada, Wi-Fi/Bluetooth);
- 01 Desktop (processador ≥ 20 núcleos/28 threads, $\geq 3,4$ GHz base / $\geq 5,6$ GHz turbo, cache ≥ 33 MB, refrigeração water cooler ≥ 240 mm, RAM ≥ 32 GB DDR5 5600 MHz, SSD NVMe ≥ 1 TB ≥ 6000 MB/s leitura, placa de vídeo dedicada ≥ 24 GB GDDR6, fonte ≥ 800 W full modular, acessórios inclusos);
- 01 Impressora Laser Colorida A3 (impressão A3/A4/A5, conectividade USB/Ethernet, suprimentos disponíveis no mercado);
- 01 Fragmentadora de Papel (≥ 10 folhas/ciclo, cesto integrado, proteção superaquecimento);
- 02 Televisores Smart TV 43" (resolução $\geq 4K$, Wi-Fi/Ethernet/HDMI/USB, compatível VESA, uso institucional);
- 03 Monitores 27" (≥ 144 Hz, \geq Full HD, painel IPS/VA, HDMI + DisplayPort, compatível VESA);
- 01 Webcam (vídeo $\geq 4K$ 30 fps, imagem ≥ 8 MP, FoV $\geq 90^\circ$, foco automático, microfone com redução de ruído, USB-C/USB 2.0, compatível tripé,, acompanhada de cabo USB de no mínimo 5m.);
- 01 Tripé Profissional com Ring Light (altura máx. $\geq 2,10$ m, multifuncional, iluminação LED ajustável, compatível webcam/câmera/smartphone).

O serviço inclui garantia de funcionamento on-site, suporte técnico, manutenção preventiva/corretiva e substituição de equipamentos (backup), visando continuidade das operações administrativas, projetos de desenvolvimento urbano, apresentações institucionais e atividades gráficas da CODUITA.

2. DEFINIÇÕES

- **Incidente:** Qualquer falha, indisponibilidade ou degradação que impeça o uso normal do equipamento conforme especificações mínimas.
- **Chamado:** Registro formal via portal/tickets, e-mail ou telefone dedicado.
- **Tempo de Resposta (TTR):** Intervalo entre registro do chamado e primeiro contato efetivo (diagnóstico ou chegada de técnico).
- **Tempo de Resolução (TTS):** Intervalo entre registro e restauração plena da funcionalidade (reparo ou substituição).

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaei.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

- **Disponibilidade (Uptime):** Percentual mensal de tempo em que o equipamento está operacional conforme especificação.
- **On-site:** Atendimento presencial no endereço da CODUITA (Est. Deputado Octavio Cabral nº 740, sls 112-115, J. América, Itaguaí-RJ).
- **Equipamentos Críticos:** Desktop principal, notebooks de projeto, impressora A3 e televisores para apresentações institucionais.

3. NÍVEIS DE CRITICIDADE

- **Crítico (P1):** Indisponibilidade total de equipamento crítico (ex.: desktop de projeto, impressora A3 para documentos oficiais, TV para apresentações).
- **Alto (P2):** Degradação significativa (ex.: notebook com tela ou desempenho abaixo do especificado, monitor sem 144 Hz efetivo).
- **Médio (P3):** Falha não crítica (ex.: fragmentadora, webcam, tripé ring light).
- **Baixo (P4):** Solicitações preventivas ou não urgentes.

4. METAS DE DESEMPENHO (KPIs)

Indicador	Prioridade Equipamento	Meta (prazo máximo)	Método de Medição	Penalidade por descumprimento (por incidente)
Tempo de Resposta (TTR)	P1 (crítico: desktop, notebooks projeto, impressora A3, TVs)	1 hora útil	Registro Primeiro contato efetivo ×	3% do valor mensal do contrato
Tempo de Resposta (TTR)	P2 (alto: notebooks gerais, monitores)	4 horas úteis	Registro Primeiro contato efetivo ×	1,5% do valor mensal do contrato
Tempo de Resposta (TTR)	P3/P4 (médio/baixo: fragmentadora, webcam, tripé)	8 horas úteis	Registro Primeiro contato efetivo ×	0,8% do valor mensal do contrato
Tempo de Resolução (TTS)	P1	4 horas úteis (substituição imediata se necessário)	Registro Solução definitiva ×	6% do valor mensal do contrato
Tempo de Resolução (TTS)	P2	24 horas úteis	Registro Solução definitiva ×	4% do valor mensal do contrato
Tempo de Resolução (TTS)	P3	72 horas úteis	Registro Solução definitiva ×	2% do valor mensal do contrato

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

Indicador	Prioridade / Equipamento	Meta (prazo máximo)	Método de Medição	Penalidade por descumprimento (por incidente)
Disponibilidade mensal (Uptime)	Conjunto total (exclui manutenções agendadas)	≥ 98% (máx. ~14,4 h downtime/mês)	Relatório mensal por equipamento	4% do valor mensal por cada 0,5% abaixo da meta
Manutenção Preventiva	Todos os equipamentos	1 visita mensal (críticos) / 1 visita trimestral (demais)	Relatório de visita + assinatura fiscal	1,5% do valor mensal por visita não realizada
Substituição de equipamento defeituoso	Qualquer falha irreversível	Até 4 horas úteis após diagnóstico (P1) / 24 h (demais)	Registro x Entrega do substituto funcional	6% do valor mensal por ocorrência
Relatórios de desempenho	Mensal	Até o 5º dia útil do mês seguinte	Envio ao fiscal/gestor	1% do valor mensal por atraso

5. HORÁRIO DE ATENDIMENTO

- Suporte remoto e chamados críticos (P1): 24 horas × 7 dias (24/7).
- Atendimento on-site e manutenções preventivas: Segunda a sexta-feira, 09:00 às 18:00 (horário comercial).
- Fora do horário: Atendimento remoto inicial + escalonamento on-site em até 4 horas para P1.

6. CANAIS DE ATENDIMENTO OBRIGATÓRIOS

- Portal de tickets online (rastreado).
- E-mail dedicado e telefone/WhatsApp empresarial.
- Contato direto com fiscal/gestor da CODUITA para escalonamento.

7. RELATÓRIOS E MONITORAMENTO A CONTRATADA enviará mensalmente (até o 5º dia útil):

- Relatório de uptime por equipamento (compatível com especificações mínimas: ex. taxa de atualização 144 Hz nos monitores, 120 Hz nos notebooks, resolução 4K nas TVs).
- Detalhamento de chamados (TTR/TTS por prioridade).
- Manutenções preventivas realizadas (com fotos ou laudos).
- Incidentes recorrentes e ações corretivas.
- Índice de conformidade com especificações técnicas mínimas.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

O fiscal/gestor da CODUITA monitorará os indicadores, com possibilidade de auditoria.

8. EXCLUSÕES Não contam para downtime ou penalidades:

- Falhas causadas por infraestrutura da CODUITA (energia, rede).
- Manutenções preventivas agendadas com ≥ 48 h de antecedência.
- Danos por mau uso ou modificação indevida.

9. PENALIDADES E REMEDIAÇÃO

- Descontos mensais na fatura subsequente.
- Acúmulo $> 10\%$ do valor mensal em trimestre: advertência + multa adicional 10% .
- Uptime $< 95\%$ por dois meses consecutivos ou falhas graves recorrentes: possibilidade de rescisão por inadimplência contratual (ampla defesa assegurada).

10. REVISÃO DO SLA Poderá ser revisado anualmente ou por aditivo, para adequação a novas necessidades ou tecnologias.

11. VIGÊNCIA Vigora durante todo o contrato de locação.

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

ANEXO 12 ESPECIFICAÇÃO DE DEMANDA

OBJETO: A presente demanda tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de locação de equipamentos de informática, incluindo desktops, notebooks e impressoras, com garantia de funcionamento (on-site), suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, e substituição de equipamentos (backup), para atender às necessidades operacionais da Companhia de Desenvolvimento de Itaguaí (CODUITA).

TIPO DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA: Aquisição de bens com serviço de instalação. A modalidade licitatória Pregão Presencial.

QUANTITATIVO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

1 - NOTEBOOKS

Quantidade: 05 (cinco) unidades

Especificações técnicas mínimas:

- Processador com:
 - Frequência base mínima de **2,50 GHz**
 - Cache mínimo de **18 MB**
 - Arquitetura compatível com sistemas operacionais atuais
 - **Ou equivalente/similar**, observando desempenho equivalente
- Memória RAM mínima de **16 GB**, padrão DDR4 ou superior
- Unidade de armazenamento do tipo **SSD**, com capacidade mínima de **512 GB**
- Tela com:
 - Tamanho mínimo de **15,6 polegadas**
 - Resolução mínima **Full HD (1920 x 1080)**
 - Taxa de atualização mínima de **120 Hz**
 - Brilho mínimo de **220 nits**
 - Tecnologia **WVA ou equivalente**
 - Tratamento **antirreflexo**
- Webcam integrada
- Conectividade mínima: **Wi-Fi e Bluetooth**
- Interfaces compatíveis com uso corporativo
- Sistema operacional compatível com os softwares utilizados pela entidade
- Garantia mínima conforme legislação aplicável ou superior, conforme proposta

2 - DESKTOP

Quantidade: 01 (uma) unidade

Especificações técnicas mínimas:

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaei.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

- Processador com:
 - Mínimo de **20 núcleos (cores) e 28 threads**
 - Frequência base mínima de **3,4 GHz**
 - Frequência turbo mínima de **5,6 GHz**
 - Cache mínimo de **33 MB**
 - **Ou equivalente/similar**, com desempenho compatível
- Sistema de refrigeração:
 - Compatível com o processador
 - Tipo **water cooler** com radiador mínimo de **240 mm**, ou **solução térmica equivalente**
- Memória RAM:
 - Capacidade total mínima de **32 GB**
 - Distribuída em **2 módulos de 16 GB**
 - Padrão **DDR5**
 - Frequência mínima de **5600 MHz**
- Armazenamento:
 - **SSD NVMe**
 - Capacidade mínima de **1 TB**
 - Velocidade mínima de leitura de **6.000 MB/s**
 - Velocidade mínima de gravação de **4.000 MB/s**, ou superior
- Placa de vídeo dedicada com:
 - Memória mínima de **24 GB GDDR6**
 - Interface mínima de **384 bits**
 - **Ou equivalente/similar**
- Placa-mãe:
 - Compatível com o processador, memória e dispositivos de armazenamento especificados
- Fonte de alimentação:
 - Potência mínima de **800 W**
 - Padrão **full modular**
 - Certificação de eficiência energética compatível
- Acessórios inclusos:
 - Cabo de força
 - Cabo HDMI
 - Mouse óptico
 - Teclado padrão **ABNT2 – Brasil**

3 - IMPRESSORA LASER COLORIDA A3

Quantidade: 01 (uma) unidade

Especificações técnicas mínimas:

- Tecnologia de impressão **laser colorida**
- Capacidade de impressão nos formatos:
 - **A3, A4 e A5**
- Resolução compatível com uso administrativo e gráfico
- Conectividade mínima:
 - USB

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim
América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguai.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

- Rede local (Ethernet ou equivalente)
- Compatibilidade com os sistemas operacionais utilizados pela entidade
- Suprimentos (toner e componentes) com fornecimento regular no mercado nacional

4 - FRAGMENTADORA DE PAPEL

Quantidade: 01 (uma) unidade

Especificações técnicas mínimas:

- Capacidade mínima de fragmentação de **10 folhas por ciclo**
- Nível de segurança compatível com uso administrativo
- Cesto coletor integrado
- Sistema de proteção contra superaquecimento
- Adequada à rotina de escritório

5 - TELEVISOR (SMART TV)

Quantidade: 02 (dois) unidade

Especificações técnicas mínimas:

- Tela com tamanho mínimo de **43 (quarenta e três) polegadas**
- Resolução mínima **4K (3840 x 2160)**
- Tecnologia do tipo **Smart TV**, com funcionalidades de conectividade à rede, destinadas a uso institucional e administrativo
- Conectividade mínima:
 - Acesso à internet por meio de **Wi-Fi e/ou Ethernet**
 - Entradas **HDMI**
 - Porta **USB**
- Interface compatível com acesso a conteúdos institucionais, apresentações, painéis informativos e sistemas web
- Compatível com suporte de fixação padrão **VESA**
- Alimentação **bivolt automática**

- **6 - MONITOR**

Quantidade: 03 (três) unidade

Especificações técnicas mínimas:

- Tela com tamanho mínimo de **27 polegadas**
- Taxa de atualização mínima de **144 Hz**
- Resolução mínima **Full HD (1920 x 1080)**, admitindo-se resolução superior
- Tecnologia do painel **IPS, VA ou equivalente**, desde que compatível com a taxa de atualização especificada
- Tempo de resposta compatível com uso profissional e gráfico

Companhia de Desenvolvimento Urbano de Itaguaí
Estrada Deputado Octávio Cabral, nº 740, salas 112 a 116, Ed. Trend, Bl. 2 Jardim
América - Itaguaí-RJ - CEP: 23.810-802, E-mail: coduita@itaguaí.rj.gov.br
CNPJ: 36.085.322/0001-28 - Insc. Estadual: 83.951.983

Processo:

Data de Autuação:

Fls.:

Rubrica:

- Brilho mínimo compatível com ambientes corporativos
- Conectividade mínima:
 - 01 entrada **HDMI**
 - 01 entrada **DisplayPort** ou equivalente
- Compatível com suporte de mesa e **padrão VESA** para fixação em parede ou braço articulado
- Alimentação bivolt automática
- Cabos necessários inclusos para pleno funcionamento

7- Webcam – Especificações Técnicas Mínimas

Quantidade: 01 (uma) unidade

- Resolução mínima de vídeo: **Ultra HD 4K (3840 x 2160 pixels)**
- Resolução de imagem estática: **mínimo de 8 Megapixels (8 MP)**
- Taxa de quadros: **mínimo de 30 fps em 4K**
- Campo de visão: **mínimo de 90°**
- Foco: **automático**
- Microfone embutido: **sim**, com redução de ruído
- Interfaces de conexão:
 - **USB-C**
 - **USB 2.0 (compatível via adaptador ou cabo)**
- Compatibilidade: **Windows e macOS**
- Fixação: compatível com **tripé padrão**
- Alimentação: via **porta USB**, sem necessidade de fonte externa

Cabo USB-C para USB-A

- Tipo: **USB-C (macho) para USB-A (macho)**
- Comprimento mínimo: **5 metros**
- Compatibilidade:

8 - Tripé Profissional com Iluminação (Ring Light)

- Tipo: **Tripé profissional multifuncional**
- Altura máxima: **mínimo de 2,10 metros**
- Compatibilidade: